

PROGRAMA DO CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL
DESTINADO À CELEBRAÇÃO DOS CONTRATOS
DE “AQUISIÇÃO SERVIÇOS DE INSPEÇÃO CCTV DAS REDES DE DRENAGEM DOS
SISTEMAS DE SANEAMENTO DA ADVT, POR LOTES”

LOTE I – ALENTEJO

LOTE II – BEIRA BAIXA

LOTE III – BEIRA ALTA

PROC. REF.ª CA/3907/2023

Artigo 1.º

Objeto

- I. O presente concurso, com publicidade internacional, destina-se à celebração dos contratos de Inspeção CCTV das Redes de Drenagem dos Sistemas de Saneamento da AdVT, por Lotes, nos termos melhor definidos no Caderno de Encargos, para o qual se remete, **correspondendo um contrato a cada um dos seguintes lotes:**
 - a) Lote I - Alentejo;
 - b) Lote II - Beira Baixa;
 - c) Lote III - Beira Alta;
2. Cada um dos lotes atrás mencionado reporta a áreas geográficas distintas, às quais o(s) adjudicatário(s) deve(m) afetar meios humanos e materiais distintos, admitindo-se ainda que o início de vigência de cada contrato, por Lote, ocorra em momento temporal diferente de lote para lote.
3. Os serviços a prestar ao abrigo de cada contrato consistem, resumidamente, no seguinte:
 - a) Serviços de limpeza e desobstrução das redes dos Sistemas de Saneamento (em coletores e câmaras de visita);
 - b) Serviços de inspeção CCTV (*Closed-Circuit Television* (ou Circuito Fechado de Televisão em português) das redes dos Sistemas de Saneamento;
 - c) Serviços de fresagem de resíduos ou raízes no interior dos sistemas de saneamento;
 - d) Serviços e trabalhos inerentes, consequentes e preparatórios dos serviços descritos nas alíneas anteriores, tais como transporte de lamas ou resíduos entre instalações, execução de acessos e desmatações, nas redes da AdVT e em redes por ela servidas, definidos quanto à sua espécie, quantidade e condições técnicas de execução, no Caderno de Encargos e estimados na Lista dos preços unitários submetida a concurso.

Artigo 2.º

Entidade adjudicante e Decisão de Contratar

- I. A entidade adjudicante é a Águas do Vale do Tejo, S.A. (AdVT), com sede na Rua Dr. Francisco Pissarra de Matos, n.º 21, R/c, 6300-693 Guarda, com o número único de matrícula e pessoa coletiva 513606130, com os seguintes contactos para efeitos do presente procedimento:
 - Telefone: 931401156
 - Correio eletrónico: logistica.epal@adp.pt
 - Website oficial: www.advt.pt

2. A decisão de contratar foi tomada por deliberação do Conselho de Administração da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (doravante denominada por “**EPAL**”), em 11 de junho de 2024, em nome e representação da **Águas do Vale do Tejo, S.A.** (AdVT), nos termos do disposto nos artigos 11.º e 12.º do Decreto-lei n.º 94/2015, de 29 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 34/2017, de 24 de março.

Artigo 3.º

Plataforma eletrónica, Peças do Concurso e Informação complementar

1. O presente concurso é tramitado na plataforma eletrónica de contratação pública: **acingov.pt**, doravante denominada por “**plataforma eletrónica**”.
2. Os interessados e concorrentes devem disponibilizar as comunicações destinadas à Entidade adjudicante e ao júri do procedimento, no âmbito do procedimento, na referida plataforma eletrónica.
3. As peças do concurso podem ser consultadas desde a data de publicação do respetivo anúncio no Diário da República, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, estando integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica.
4. O processo do concurso é constituído pelas seguintes peças:
 - a) O presente Programa do Concurso;
 - b) O Caderno de Encargos;
 - c) Os anúncios do procedimento.
5. Os interessados deverão apresentar proposta individual para cada um dos referidos Lotes, submetida separadamente por Lote, não sendo obrigatória a apresentação de proposta para todos os lotes.

Artigo 4.º

Visitas aos Locais

- I. A AdVT, com o objetivo de dar a conhecer os locais e por forma a dar a conhecer das condições gerais da prestação dos serviços, promoverá uma visita técnica a algumas instalações, a qual será conduzida por um técnico da AdVT, nas datas, horários e “ponto de encontro” a seguir indicados:
 - **Lote I - 18/07/2024**, pelas 9h30, no Recinto da ETAR de Évora, sito em 38.53273457761445, -7.916896690987365;
 - **Lote II - 19/07/2024**, pelas 9h30, no Recinto da ETAR de Castelo Branco, sito em 39.826026510297915, -7.526914982588436;
 - **Lote III - 17/07/2024**, pelas 9h30, no Recinto da ETAR de São Miguel, sito em 40.54588650571902, -7.237374321325059;

2. Os interessados em acompanhar a(s) visita(s) referida(s) no n.º anterior, a(s) qual(ais) se recomenda(m), deverão confirmar essa intenção, através da plataforma AcinGov, até às 14h00m do dia útil anterior.
3. A confirmação referida no n.º anterior é condição de participação na visita.

Artigo 5.º

Júri do Procedimento

O presente procedimento é conduzido por um júri, a quem compete praticar todos os atos e realizar todas as diligências relacionadas com o procedimento cuja competência não seja cometida injuntivamente à entidade adjudicante, nomeadamente a prestação de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso, a avaliação das propostas, a realização das audiências prévias dos interessados e a elaboração dos respetivos relatórios de análise.

Artigo 6.º

Esclarecimentos, Retificações e erros e omissões sobre as peças do procedimento

1. Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a entrega das propostas, isto é, **até às 19:00 horas do dia 23/07/2024**, os interessados podem apresentar pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e a interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças por si detetados, caso existam, nos termos do art.º 50.º do CCP, os quais devem ser apresentados, por escrito, através da plataforma eletrónica.
2. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a entrega das propostas, isto é, **até às 19:00 horas do dia 05/08/2024**, o júri deve prestar os esclarecimentos solicitados assim como o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados.
3. A resposta aos pedidos de esclarecimento e/ou aos erros e omissões que tenha lugar após a data prevista no n.º 2, desde que tenha sido observado o prazo previsto no n.º 1, obriga à prorrogação do prazo para a entrega das propostas, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
4. Sem prejuízo do disposto no n.º 3, consideram-se rejeitados todos os erros e omissões que não tenham sido objeto de pronúncia pela Entidade Adjudicante até à data prevista no n.º 2, caso até ao final desse prazo não tenha sido dada informação da intenção de ser emitida resposta expressa.

Artigo 7.º

Documentos que constituem as propostas

- I. As propostas, apresentadas individualmente por Lote, devem, nos termos do disposto no artigo 57.º do CCP, ser constituídas pelos seguintes documentos:
 - I.1. Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), de acordo com o formulário tipo aprovado pelo Regulamento de Execução (UE) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, disponibilizado em formato “.html” ou “.pdf”, elaborado em conformidade com **Anexo I** ao presente Programa de Concurso
 - I.2. Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos **aspetos da sua execução submetidos à concorrência** pelo Caderno de Encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar:
 - a) Proposta de Preço (indicado em algarismos e por extenso, prevalecendo, em caso de divergência, o expresso por extenso), que não deve incluir o IVA, conforme **Anexo II** ao presente Programa;
 - b) Lista dos Preços Unitários (em formato “.pdf”) elaborada de acordo com o modelo constante do **Anexo III** ao presente Programa.
 - I.3. Documentos que contenham os termos ou as condições relativos a **aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência** pelo Caderno de Encargos, aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule:
 - a) **Memória Descritiva** (no máximo de 20 páginas) que deverá incluir obrigatoriamente:
 - i. Descrição dos procedimentos e equipamentos principais que o prestador de serviços se compromete a afetar à execução do contrato no que respeita à inspeção CCTV de coletores e de câmaras de visita, bem como à limpeza, à desobstrução, em estradas rodoviárias e em terrenos de acesso difícil, respeitando os requisitos mínimos estabelecidos no Caderno de encargos;
 - ii. Descrição da metodologia de realização de relatórios CCTV e do preenchimento do ficheiro em *Excel*, cujo *template* é disponibilizado por AdVT, com indicação de eventual recurso a plataformas informáticas;
 - iii. Localização prevista das áreas e organização das instalações de apoio que o concorrente se compromete afetar à Prestação de Serviços (por cada Lote).
 - b) Documento contendo a identificação do técnico que assumirá a função de responsável pela prestação de serviços (Diretor Técnico da Prestação de Serviços), o qual deve cumprir as qualificações e requisitos mínimos exigidos nas cláusulas 9.2. e 9.3.1.1 do Caderno de Encargos.

- c) Documento contendo a identificação do técnico que assumirá a função de responsável pela gestão técnica e documental da prestação de serviços (Responsável pela Gestão Técnica e Documental), o qual deve cumprir as qualificações e requisitos mínimos exigidos na cláusula 9.3.1.4 do Caderno de Encargos.
- 1.4. Documento comprovativo dos poderes de assinatura e de vinculação do concorrente por parte de quem assina a proposta, tal como procuração, certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor ou outro instrumento habilitante;
- 1.5. Documentos que o concorrente apresente por considerá-los indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP.
2. Nos termos e para os efeitos do n.º 4 do artigo 132.º do CCP, o concorrente deve instruir a sua proposta com documento(s) onde indique os serviços ou trabalhos que pretende subcontratar, identificando qual ou quais a(s) entidade(s) a subcontratar (aplicável apenas quando se pretenda recorrer à subcontratação), sob pena de exclusão da sua proposta;
3. No caso de o concorrente ser constituído por um agrupamento de empresas, deverá ser apresentada declaração conforme modelo apresentado no **Anexo IV** do Programa do Concurso (Acordo – Promessa de Constituição).
4. Caso o concorrente revista a forma de agrupamento e exista um representante comum do agrupamento, a proposta deve ainda ser constituída por declaração contendo a designação do representante comum, bem como pelos instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento.
5. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
6. O preço da proposta será expresso em euros, com duas casas decimais e não inclui o imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

Artigo 8.º

Ficheiro “Excel”

Após o termo do prazo para a entrega de propostas, a EPAL notificará todos os concorrentes para apresentarem, no prazo de 5 (cinco) dias, através da plataforma eletrónica, na funcionalidade de “Mensagens”, a lista dos preços unitários (apresentada pelo concorrente com a sua proposta), reproduzida no ficheiro informático no formato “Excel”, previamente fornecido pela EPAL juntamente com as peças do procedimento, devidamente preenchido nos campos indicados, não devendo ser alterado qualquer campo ou formatação, e permitindo a sua utilização sem restrições de cálculo, e, consequentemente, o interface com o SAP, existente na EPAL.

Artigo 9.º

Apresentação de propostas variantes

Não se admite a apresentação de propostas variantes.

Artigo 10.º

Prazo para apresentação das propostas

As propostas devem ser apresentadas na plataforma eletrónica referida no artigo 3.º **até às 19h00m do dia 14 de agosto de 2024.**

Artigo 11.º

Modo de apresentação das propostas

1. Os documentos que constituem as propostas devem ser apresentados na plataforma eletrónica referida no artigo 3.º, devendo ser assinados eletronicamente.
2. A assinatura eletrónica referida no número anterior deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes dois pressupostos:
 - a) Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;
 - b) Contenha as informações que permitem relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente.
3. O cumprimento do requisito previsto na alínea b) do número anterior pode ser substituído pelo carregamento na plataforma eletrónica referida no artigo 3.º de um documento que permita comprovar os poderes de representação de que o assinante dispõe.
4. No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, a assinatura eletrónica a que se referem os n.ºs 1 e 2 deve ser aposta pelo representante comum, mediante a utilização de um certificado digital que cumpra os requisitos previstos nos n.ºs 2 e 3 deste artigo, caso em que devem ser juntos os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento, ou, não existindo representante comum, deve a assinatura ser aposta por todos os membros do agrupamento ou pelos respetivos representantes.

Artigo 12.º

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias úteis, contados da data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

Artigo 13.º

Preço Base

- I. O preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as

prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar (**preço base**) é de **2.025.000,00€ (dois milhões, vinte e cinco mil euros)**, acrescido do Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, a que correspondem os seguintes **preços base para cada lote**:

- a) **Lote I – Alentejo**: preço base de 450.000,00€ (quatrocentos e cinquenta mil euros), crescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
 - b) **Lote II – Beira Baixa**: preço base 625.000,00€ (seiscentos e vinte e cinco mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
 - c) **Lote III – Beira Alta**: preço base 950.000,00€ (novecentos e cinquenta mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. Os preços base referidos no número anterior reportam-se ao período máximo de duração de cada contrato, de 36 (trinta e seis) meses.

Artigo 14.º

Critério de adjudicação e critério de desempate

1. A adjudicação será feita, por lote, segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, sendo adjudicada a proposta que apresente o mais baixo preço.
2. Caso seja ordenada mais do que uma proposta no mesmo lugar, por lote, serão considerados, para efeitos de desempate, e para todos os lotes, os seguintes critérios:
 - a) Será ordenada em primeiro lugar a proposta que obtenha a melhor avaliação do preço para o item I.2.I da LPU (lista dos preços unitários);
 - b) Se, da aplicação do critério definido na alínea anterior, a situação de empate subsistir, será ordenada em primeiro lugar a proposta que obtenha a melhor avaliação do preço para o item I.1.I da LPU (lista dos preços unitários);
 - c) Se, da aplicação do critério definido na alínea anterior, a situação de empate subsistir, será realizado um sorteio entre as propostas relativamente às quais se verifica o empate, em termos a definir na prévia convocatória, escrita, por parte da entidade adjudicante.

Artigo 15.º

Adjudicação por lotes

1. Os concorrentes podem apresentar proposta apenas para um lote ou para todos os lotes indicados na Clausula I.^a no caderno de encargos, devendo, contudo, apresentar proposta para todos os artigos previstos em cada lote a que concorram, sob pena de exclusão da proposta.

2. Será adjudicada uma proposta por cada um dos lotes indicados no caderno de encargos.

Artigo 16.º

Documentos de Habilitação, Confirmação de Compromissos e Informação complementar

- I. No prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário deve apresentar os seguintes **documentos de habilitação**:
 - a) Declaração elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II ao CCP, na redação atribuída pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio;
 - b) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - c) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - d) Certificado do registo criminal do adjudicatário, bem como dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
 - e) Comprovativo de registo e das respetivas atualizações no Registo Central do Beneficiário Efetivo, quando aplicável.
 - f) Cópia de licença para realização de operações de gestão de resíduos, em conformidade com o previsto no Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro.
 - g) Cópia de Alvará ou licença comunitária para a atividade de transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem, conforme previsto no art.º 3º do Decreto-Lei nº 257/2007, de 16 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2008, de 21 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 136/2009, de 5 de junho;
 - h) Cópia da licença para os veículos automóveis afetos à prestação de serviços, conforme previsto no art.º 14º do Decreto-Lei n.º 257/2007, de 16 de Julho e demais alterações.
2. Quando o adjudicatário revista a forma de um agrupamento:
 - a) Os documentos de habilitação previstos nas alíneas a), b), c), d), e) e f) do n.º I devem ser apresentados por todos os seus membros;
 - b) Devem ser apresentados os documentos comprovativos da associação dos membros do agrupamento adjudicatário na modalidade referida no artigo 18.º;
 - c) Os documentos de habilitação previstos nas alíneas g) e h) do n.º I devem ser apresentados por todos os membros do agrupamento cuja atividade careça da sua titularidade

3. Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de não o serem pela sua própria natureza ou origem, são obrigatoriamente acompanhados de tradução devidamente legalizada.
4. No caso de não emissão dos documentos ou certificados exigidos nas alíneas b), c) e d) do n.º I ou quando estes não se referirem a todos os casos mencionados nas alíneas b) e h) do n.º I do artigo 55.º do CCP, podem os mesmos ser substituídos por uma declaração solene, sob compromisso de honra, feita pelo interessado perante a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário, ou um organismo profissional qualificado.
5. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos dele constante estejam redigidos em língua portuguesa.
6. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por um período não superior a 5 (cinco) dias úteis, na sequência de solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar antes de expirado o prazo a prorrogar.
7. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
 - a) No prazo fixado no n.º I do presente artigo, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;
 - b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do mesmo diploma;
 - c) Redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.
8. Nos termos da alínea g) do n.º I do art.º 132.º do CCP, o prazo a conceder pela entidade adjudicante para a supressão das irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação será de 10 (dez) dias úteis.
9. Quando aplicável, a entidade adjudicante notificará o adjudicatário para que, no prazo máximo referido no n.º I do presente artigo ou noutro para o efeito definido pela entidade adjudicante, proceda à apresentação do(s) documento(s) comprovativo(s) dos **compromissos assumidos por terceiras entidades** relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada, sob pena de caducidade da adjudicação.

10. No mesmo prazo que o concedido para a apresentação dos documentos de habilitação ou noutro adicional para o efeito fixado pela entidade adjudicante, o adjudicatário procede à apresentação dos seguintes documentos:
- a) Declaração contendo a identificação do técnico que assumirá a função de responsável pela gestão técnica e documental da prestação de serviços (Responsável pela Gestão Técnica e Documental), acompanhada do Curriculum Vitae o qual deve cumprir as qualificações e requisitos mínimos exigidos na cláusula 9.3. do caderno de Encargos.
 - b) Declaração contendo a identificação do Responsável técnico para as áreas de Segurança e Saúde no trabalho, acompanhada do CAP e Curriculum Vitae, o qual deve cumprir as qualificações e requisitos mínimos exigidos na cláusula 9.3. do caderno de Encargos.
 - c) Procedimentos e Fichas de Segurança das principais atividades e tarefas da prestação de serviços no âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho;
 - d) Certidão do registo comercial com todas as inscrições em vigor ou indicação do código de acesso da certidão permanente.

Artigo 17.º

Caução para todos os Lotes

- 1. Para garantia da celebração do contrato e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, o adjudicatário deve prestar uma caução correspondente a 5% do preço contratual inicial.
- 2. A caução deve ser prestada:
 - a) Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem de AdVT, nos termos do modelo constante do **Anexo V** ao presente programa, que dele faz parte integrante;
 - b) Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos dos modelos constantes do **Anexo V** ao presente programa.
- 3. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos nos números anteriores, a caução que lhe seja exigida.

Artigo 18.º

Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário

Caso a decisão de adjudicação recaia sobre proposta apresentada por agrupamento concorrente, todos os respetivos membros, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na

modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.

Artigo 19.º

Celebração do contrato e despesas associadas

1. O contrato será elaborado em suporte informático e assinado por meios eletrónicos, considerando-se outorgado na data de aposição da última assinatura.
2. O prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo adjudicatário ser-lhe-á comunicado com a antecedência mínima de três dias úteis.
3. O incumprimento do prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo adjudicatário é causa de caducidade da adjudicação.
4. Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação de propostas, bem como todas as despesas relacionadas com a celebração do contrato, constituem encargo dos concorrentes ou do adjudicatário, conforme o caso.

Artigo 20.º

Dados pessoais

1. Os dados pessoais, que eventualmente constem das propostas e dos respetivos anexos serão analisados pela entidade adjudicante, exclusivamente no âmbito do presente procedimento, no estrito cumprimento das obrigações legais decorrentes do Código dos Contratos Públicos (CCP), respeitando as normas legais aplicáveis em matéria de proteção de dados.
2. Com a entrega das propostas, os concorrentes assumem a responsabilidade no cumprimento da legislação aplicável à proteção de dados pessoais, designadamente na licitude da obtenção dos dados pessoais e na publicitação dos mesmos na plataforma eletrónica.
3. A entidade adjudicante garante que os dados pessoais serão conservados pelo prazo estritamente necessário, tendo em atenção os critérios legais aplicáveis.
4. A entidade adjudicante garante igualmente que os concorrentes podem, de forma gratuita, solicitar esclarecimentos adicionais para efeitos de exercício dos seus direitos no âmbito da proteção de dados pessoais, bem como podem apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.
5. Todas as comunicações respeitantes a esta matéria deverão ser remetidas para o Encarregado de Proteção de Dados através do seguinte endereço eletrónico epd.epal@adp.pt.

Artigo 21.º

Legislação Aplicável

A todas as matérias que não estiverem especialmente reguladas no presente Programa do Concurso, aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos.

Anexo I

Documento Europeu Único de Contratação Pública

- Utilizar o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016;
- O concorrente deverá completar o preenchimento do DEUCP (já pré-preenchido pela EPAL) com as informações que lhe digam respeito, na área específica do Portal BASE, em <http://www.base.gov.pt/deucp/welcome> utilizando para o efeito o documento pré-preenchido disponibilizado junto às peças do presente procedimento;
- O DEUCP devem ser apresentado pelo Concorrente ou por cada um dos membros que integram o agrupamento Concorrente, não se solicitando a respetiva apresentação aos subcontratados.

As **PARTES IV e V** do DEUCP não são aplicáveis ao presente procedimento

ANEXO II – Lote ____ (indicar o Lote)

Modelo de Proposta de Preço

PROPOSTA DE PREÇO

F _____ (identificação do concorrente pessoa singular ou do(s) representante(s) legal(ais) do concorrente, se se tratar de pessoa coletiva: nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal _____ [qualidade em que subscreve a declaração - só aplicável se se tratar de pessoas coletivas] de _____ [identificação da sociedade ou do agrupamento concorrente: no caso de sociedade, a firma, o número de identificação fiscal, a sede e o código de acesso à certidão permanente, no caso de agrupamento, as firmas, os números de identificação fiscal, as sedes e os códigos de acesso às certidões permanentes dos respetivos membros], depois de ter tomado conhecimento do objeto do concurso público **Ref^a CA/3907/2023** para celebração do contrato “Aquisição de serviços de Inspeção CCTV das Redes de Drenagem dos Sistemas de Saneamento da AdVT, por Lotes” - LOTE _____,” a que se refere o anúncio datado de [data da publicação do anúncio em Diário da República], declara(m), sob compromisso de honra, que a sua representada aceita incondicionalmente e sem reservas o conteúdo do caderno de encargos, obrigando-se a executar todos os serviços, de harmonia com o disposto no referido caderno de encargos, nas condições técnicas propostas e pelo preço máximo¹ de € _____ [indicar preço por algarismos e por extenso], a que acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

Data ...

Assinatura(s)²...

¹ O preço a indicar deve ser o preço para o período total máximo de duração do contrato, incluindo eventuais renovações.

² Assinatura(s) nos termos dos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO III

**Lista dos preços unitários
(constam de ficheiro Excel em anexo)**

ANEXO IV

Modelo de acordo - promessa de constituição

F, _____ (indicação das empresas signatárias e sedes) após terem tomado completo conhecimento das condições estabelecidas no Processo do Concurso para o _____ e nos termos do Programa do Concurso, desde já formalizam a intenção de, em caso de adjudicação, se constituírem em Consórcio. **(a)**

A participação qualitativa de cada empresa no consórcio a constituir é a que se discrimina:

As empresas signatárias da presente proposta declaram que a empresa _____ representará o Consórcio perante a AdVT, devendo toda a correspondência ser enviada para _____ (indicar endereço, telefone e fax).

As empresas signatárias da presente proposta assumem perante a AdVT responsabilidade solidária passiva, desde já quanto à apresentação da proposta, mantendo-a no caso de adjudicação.

As empresas signatárias da presente proposta aceitam a exigência de autorização prévia da AdVT a qualquer alteração na composição do agrupamento ou do Consórcio, sob pena de exclusão do procedimento.

Data _____

Assinatura **(b)** _____

(a) - No caso de o Consórcio adotar alguma designação especial acrescentar: “adotando o agrupamento a seguinte designação especial: _____” (em maiúsculas).

(b) - Nos termos dos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

ANEXO V

Modelo de Guia de Depósito Bancário

Euros _____ €

Vai _____ (nome do adjudicatário), com sede em _____ (morada), depositar na _____ (sede, filial, agência ou delegação) do Banco _____ a quantia de _____ (por algarismos e por extenso) em dinheiro/em títulos _____ (eliminar o que não interessar), como caução exigida para _____ (identificação do procedimento), nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem da Águas do Vale do Tejo, S.A., a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

Modelo de Garantia Bancária/Seguro Caução

Garantia bancária/seguro de caução n.º _____

Em nome e a pedido de _____ (adjudicatário), vem o(a) _____ (instituição garante), pelo presente documento, prestar, a favor da Águas do Vale do Tejo, SA, uma garantia bancária à primeira solicitação/seguro-caução (eliminar o que não interessar), até ao montante de _____ (por algarismos e por extenso), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do Concurso Público Refª CA/3907/2023 destinado à celebração do Contrato de “Aquisição serviços de Inspeção CCTV das Redes de Drenagem dos Sistemas de Saneamento da AdVT, por Lotes” e do respetivo Contrato, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 17.º do Programa do Concurso e dos n.ºs 6 e 8 ou 7 e 8 (eliminar o que não interessar) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 5% do preço contratual para o período inicial do contrato e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (eliminar o que não interessar) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia/O presente seguro caução (eliminar o que não interessar) permanece válida/o e eficaz desde a data de celebração do contrato e até após a conclusão de todos os serviços objeto do contrato, não podendo ser anulada/o ou alterada/o sem que tenha decorrido o referido prazo e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais) reconhecidas ou assinatura eletrónica qualificada]